

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
4 - NIRE 35300142306		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA TO MIRACEMA, KM 23 S/N		2 - BAIRRO OU DISTRITO MIRACEMA DO TO	
3 - CEP 77650-000	4 - MUNICÍPIO MIRACEMA DO TO		5 - UF TO
6 - DDD 63	7 - TELEFONE 3221-2334	8 - TELEFONE 3311-3300	9 - TELEFONE 3311-3407
10 - TELEX	11 - DDD 63	12 - FAX 3311-3406	13 - FAX -
14 - FAX -	15 - E-MAIL ri@enbr.com.br		

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME LUIS OTAVIO ASSIS HENRIQUES			
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BANDEIRA PAULISTA, 530 14º ANDAR		3 - BAIRRO OU DISTRITO ITAIM BIBI	
4 - CEP 04532-001	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2185-5916	9 - TELEFONE 2185-5921	10 - TELEFONE -
11 - TELEX	12 - DDD 011	13 - FAX 2185-5920	14 - FAX -
15 - FAX -	16 - E-MAIL ri@enbr.com.br		

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/04/2010	30/06/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSE LUIS RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	402.202	402.202	402.202
2 - Preferenciais	384.204	384.204	384.204
3 - Total	786.406	786.406	786.406
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 27/10/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	1.432.434	1.415.952
1.01	Ativo Circulante	89.158	66.176
1.01.01	Disponibilidades	54.846	38.038
1.01.02	Créditos	17.071	10.878
1.01.02.01	Clientes	640	482
1.01.02.01.01	Concessionárias	640	482
1.01.02.02	Créditos Diversos	16.431	10.396
1.01.02.02.01	Impostos e Contribuições sociais	16.431	10.396
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	17.241	17.260
1.01.04.01	Rendas a receber	16.989	16.989
1.01.04.02	Depósitos Vinculados	0	0
1.01.04.03	Despesas pagas antecipadamente	0	0
1.01.04.04	Outros Créditos	252	271
1.02	Ativo Não Circulante	1.343.276	1.349.776
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	516	460
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	516	460
1.02.01.03.01	Depósitos Vinculados	516	460
1.02.01.03.02	Despesas pagas antecipadamente	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.342.760	1.349.316
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.329.745	1.336.270
1.02.02.03	Intangível	13.015	13.046
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	1.432.434	1.415.952
2.01	Passivo Circulante	161.326	150.197
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	52.786	53.526
2.01.02	Debêntures	43.711	40.258
2.01.03	Fornecedores	1.147	901
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	27.193	19.045
2.01.04.01	Impostos e Contribuições sociais	27.193	19.045
2.01.05	Dividendos a Pagar	34.027	34.027
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	2.462	2.440
2.01.08.01	Encargos de dívidas	454	716
2.01.08.02	Obrigações estimadas com pessoal	1.365	1.078
2.01.08.03	Encargos regulamentares e setoriais	420	436
2.01.08.04	Outras contas a pagar	223	210
2.02	Passivo Não Circulante	140.546	152.050
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	140.546	152.050
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	60.073	73.078
2.02.01.02	Debêntures	31.938	31.847
2.02.01.03	Provisões	1.711	1.664
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	1.711	1.664
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	46.792	45.451
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	32	10
2.02.01.06.01	Encargos regulamentares e setoriais	32	10
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.130.562	1.113.705
2.05.01	Capital Social Realizado	961.794	961.794
2.05.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.05.02.01	Agio na emissão de ações	14.473	14.473
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	106.019	106.019
2.05.04.01	Legal	11.450	11.450
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	94.569	94.569

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	48.276	31.419
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	52.704	157.402	54.023	161.808
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.891)	(14.600)	(5.011)	(15.027)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	47.813	142.802	49.012	146.781
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(11.435)	(33.327)	(11.253)	(32.100)
3.05	Resultado Bruto	36.378	109.475	37.759	114.681
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(10.808)	(36.150)	(12.015)	(33.520)
3.06.01	Com Vendas	(151)	(205)	(84)	(131)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.118)	(9.679)	(4.070)	(11.291)
3.06.03	Financeiras	(7.068)	(24.456)	(6.838)	(20.734)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.110	1.622	857	1.863
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(8.178)	(26.078)	(7.695)	(22.597)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(471)	(1.810)	(1.023)	(1.364)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	25.570	73.325	25.744	81.161
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	25.570	73.325	25.744	81.161
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(8.713)	(25.049)	(8.664)	(27.493)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	16.857	48.276	17.080	53.668

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	786.406	786.406	786.406	786.406
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,02144	0,06139	0,02172	0,06824
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.507	102.238	36.228	104.247
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.474	96.384	33.616	100.547
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	16.857	48.276	17.080	53.668
4.01.01.02	Concessionárias - Provisão p/cred.liq.du	(1)	(1)	0	0
4.01.01.03	Depreciações e Amortizações	8.853	26.514	8.823	26.401
4.01.01.04	Valor residual de bens e direitos	127	134	108	108
4.01.01.05	Empréstimos e Financiamentos	6.153	20.214	6.929	20.011
4.01.01.06	Encargos regulamentares e setoriais	17	44	14	43
4.01.01.07	Provisão para contingências	150	885	670	352
4.01.01.08	Despesas pagas antecipadamente	318	318	0	0
4.01.01.09	Cauções e depósitos vinculados	0	0	(8)	(36)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.033	5.854	2.612	3.700
4.01.02.01	Concessionárias e Rendas a receber	(157)	13.520	(59)	4.822
4.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compens	(6.035)	7.540	(6.149)	8.261
4.01.02.03	Cauções e depósitos vinculados	(56)	446	(220)	(296)
4.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	(318)	0	129	(466)
4.01.02.05	Outros créditos	19	(130)	(48)	38
4.01.02.06	Fornecedores	246	(2.123)	265	246
4.01.02.07	Impostos e contribuições sociais corrent	8.148	(13.437)	8.360	(9.366)
4.01.02.08	Obrigações estimadas	528	528	246	421
4.01.02.09	Provisão para contingências	(443)	(443)	0	0
4.01.02.10	Outras contas a pagar	101	(47)	88	40
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(2.424)	(7.144)	(3.503)	(5.299)
4.02.01	Adições ao Imobilizado e intangível	(2.424)	(7.144)	(3.503)	(5.299)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(15.275)	(46.400)	(19.578)	(52.546)
4.03.01	Aumento de capital social	0	0	0	6.977

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009	7 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.03.02	Dividendos pagos	0	(10)	0	(521)	
4.03.03	Empréstimos, Financiamentos e encargos	(16.616)	(49.962)	(19.578)	(59.002)	
4.03.04	Partes relacionadas	1.341	3.572	0	0	
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	16.808	48.694	13.147	46.402	
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.038	6.152	41.349	8.094	
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.846	54.846	54.496	54.496	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	961.794	14.473	0	106.019	31.419	0	1.113.705
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	961.794	14.473	0	106.019	31.419	0	1.113.705
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	16.857	0	16.857
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	961.794	14.473	0	106.019	48.276	0	1.130.562

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAValiaÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	961.794	14.473	0	106.019	0	0	1.082.286
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	961.794	14.473	0	106.019	0	0	1.082.286
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	48.276	0	48.276
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	961.794	14.473	0	106.019	48.276	0	1.130.562

1 Contexto operacional

A Investco S.A. ("Companhia" ou "Investco"), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80% da concessão, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27% da concessão, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% da concessão e a Companhia titular de 1% da concessão. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, a Companhia tem duas fontes de receitas: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais - ITR, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria realizada em 27 de outubro de 2010, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, publicadas em 3 de março de 2010 e com as adotadas no trimestre anterior.

2.1 Pronunciamentos e interpretações de normas ainda não adotadas

Conforme divulgado nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, no âmbito do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), a Companhia está em avaliação dos potenciais efeitos da implementação dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos ao longo do exercício de 2009, com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Os potenciais impactos nas informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2010, bem como dos trimestres de 2010 já divulgados anteriormente, serão objeto de reapresentação destas informações trimestrais quando da divulgação da primeira demonstração financeira que incorpore todos os pronunciamentos, interpretações e orientações já emitidos, conforme permitido pela Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, alterada pela Deliberação CVM nº 626 de 31 de março de 2010.

Os pronunciamentos e interpretações a seguir são aqueles que poderão impactar nas demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante:

Pronunciamentos

CPC 17 - Contratos de construção
CPC 20 - Custos de empréstimos
CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27 - Ativo imobilizado
CPC 32 - Tributos sobre o lucro
CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação
CPC 41 - Resultado por Ação
CPC 43 - Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40

Interpretações

ICPC 01 - Contratos de concessão
ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil
ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
ICPC 10 - Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28

A adoção dos novos pronunciamentos, interpretações e orientações está em análise, e a apresentação de uma estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia carece: (i) de definições existentes no mercado sobre os pressupostos de aplicação do ICPC01, tema amplamente discutido entre CVM, IBRACON e empresas concessionárias; (ii) no caso do CPC 27, da conclusão do levantamento da vida útil estimada do ativos não abrangidos pelo ICPC01, e dos respectivos valores residuais e custo atribuído; e (iii) conclusão dos cálculos dos demais CPC's emitidos em 2009. Dessa forma, considerando-se que a Companhia deve aplicar simultaneamente todos os CPC's com aplicabilidade às suas operações, a Companhia optou por apresentar as Informações Trimestrais - ITR de Setembro de 2010 conforme as normas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2009.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2010	30/06/2010
Bancos conta movimento	13.596	2.763
Aplicações financeiras - renda fixa	41.250	35.275
Total	54.846	38.038

As aplicações financeiras de curto de prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 101% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, é efetuado conforme as cotações de mercado do papel, ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

4 Concessionárias

	30/09/2010	30/06/2010
Suprimento	440	393
Energia de curto prazo	149	36
Encargos de uso de rede elétrica	51	53
Total	640	482

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5 Rendas a receber

O saldo de R\$16.989 em 30 de setembro de 2010 (R\$16.989 em 30 de junho de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão. (Nota 7.2)

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	16.196	10.195
ICMS	84	70
PIS e COFINS	12	11
Outros	139	120
Total	16.431	10.396
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	25.080	16.368
ICMS sobre diferencial de alíquota	5	146
PIS e COFINS	1.623	1.615
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	244	626
Outros	241	290
Total	27.193	19.045

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na Nota 19 os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras e coligadas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) Período de 9 meses findo em 30 de setembro de	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010	2010	2009
Concessionárias						
Bandeirante	131	129			1.002	1.178
	<u>131</u>	<u>129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.002</u>	<u>1.178</u>
Rendas a Receber						
Lajeado Energia	12.402	12.402			101.295	64.817
CEB Lajeado	3.398	3.398			27.753	28.586
Paulista Lajeado	1.189	1.189			9.711	10.005
EDP Lajeado						39.523
	<u>16.989</u>	<u>16.989</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>138.759</u>	<u>142.931</u>
Partes relacionadas						
EDP Energias do Brasil			4.683	4.548	(278)	
Lajeado Energia			42.109	40.903	(2.805)	
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.792</u>	<u>45.451</u>	<u>(3.083)</u>	<u>-</u>
Total	<u>17.120</u>	<u>17.118</u>	<u>46.792</u>	<u>45.451</u>	<u>136.678</u>	<u>144.109</u>

7.1 Concessionárias

Bandeirante - Contrato de venda de energia elétrica para a Bandeirante, firmado em 1º de agosto de 2002, para início de suprimento em 1º de março de 2002 e término em 15 de dezembro de 2032, correspondendo a 1,41 MW médios. O preço vigente em setembro de 2010 é 109,52 R\$/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 14 de abril de 2003, através do Ofício no 494/2003-SFF/ANEEL.

7.2 Rendas a receber

Lajeado Energia, CEB Lajeado e Paulista Lajeado - Referem-se aos valores a receber dos arrendamentos dos ativos da usina, conforme contrato de Arrendamento com as Arrendatárias. (Nota 5)

Em função da reestruturação societária ocorrida em 30 de novembro de 2009 e consumadas as providências legais da incorporação, a EDP Lajeado foi extinta de pleno direito e a Lajeado Energia assumiu a responsabilidade ativa e passiva relativa à EDP Lajeado, passando a ser sua sucessora legal, para todos os efeitos (Nota 18.1).

7.3 Partes relacionadas

EDP - Energias do Brasil - A Companhia em Reunião de Diretoria realizada em 23 de novembro de 2009 aprovou a conversão do valor de dividendos a pagar de R\$4.336 em contrato de mútuo, com juros incidentes de 100% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Lajeado Energia - A Companhia em Reunião de Diretoria realizada em 23 de novembro de 2009 aprovou a conversão do valor de dividendos a pagar de R\$38.702 em contrato de mútuo, com juros incidentes de 100% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

7.4 Garantias e finanças

A Companhia emitiu debêntures em 2002 com fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures (Nota 13). Nenhuma remuneração é devida a Energias de Portugal pela prestação da referida garantia.

7.5 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A, e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

7.6 Remuneração dos administradores

7.6.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, acumulada até o 3º trimestre de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

7.6.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia até 30 de setembro de 2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6	5	10	21
Remuneração fixa anual (em R\$)	59.817	236.686	69.259	365.762
Salário ou pró-labore	59.817	236.686	69.259	365.762
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração, por órgão	59.817	236.686	69.259	365.762

* (n/a) = Não Aplicável

7.6.3 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao 3º trimestre de 2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Numero de membros	6	5	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	47.502	93.516	13.500
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	12.315	9.500	1.759
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	29.909	47.337	11.543

Obs 1: Dos 6 Conselheiros de administração da Investco, 2 são remunerados

Obs 2: Dos 10 Conselheiros fiscais da Investco, 5 são remunerados

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 7 de abril de 2010, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração de até R\$200, e da Diretoria de até R\$300, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

8 Depósitos vinculados

	Não circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
Depósitos judiciais	516	460
Total	516	460

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	204	227
Desativação em curso	4	
Serviços em curso	44	44
Total	252	271
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	127	127
Outras	96	83
Total	223	210

10 Imobilizado

	30/09/2010		30/06/2010		
	Taxa anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos		114.518		114.518	114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	657.461	(108.108)	549.353	552.640
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,29	340.222	(68.246)	271.976	273.925
Máquinas e equipamentos	2,98	418.929	(98.600)	320.329	323.448
Veículos	10,94	902	(758)	144	169
Móveis e utensílios	3,10	1		1	1
		1.532.033	(275.712)	1.256.321	1.264.701
Transmissão					
Máquinas e equipamentos	3,19	45.766	(10.219)	35.547	35.912
		45.766	(10.219)	35.547	35.912
Administração					
Máquinas e equipamentos	8,06	1.278	(765)	513	476
Veículos	20,00	420	(21)	399	
Móveis e utensílios	9,24	506	(245)	261	266
		2.204	(1.031)	1.173	742
Total do Imobilizado em serviço		1.580.003	(286.962)	1.293.041	1.301.355
Imobilizado em curso					
Geração					
Depósitos judiciais		12.308		12.308	12.435
Outros		24.395		24.395	22.480
Administração		1		1	
Total do Imobilizado em curso		36.704	-	36.704	34.915
Total Imobilizado		1.616.707	(286.962)	1.329.745	1.336.270

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido	
	30/06/2010	Ingressos				30/09/2010	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518						114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	552.640			(3.287)			549.353
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.925			(1.949)			271.976
Máquinas e equipamentos	359.836		61	(3.508)			356.389
Veículos	169		420	(46)			543
Móveis e utensílios	267		7	(12)			262
Total do imobilizado em serviço	1.301.355	-	488	(8.802)	-		1.293.041
Imobilizado em curso							
Geração							
Depósitos judiciais	12.435				(127)		12.308
Outros	22.480	1.915					24.395
Administração		1					1
Total do imobilizado em curso	34.915	1.916	-	-	(127)		36.704
Total do imobilizado	1.336.270	1.916	488	(8.802)	(127)		1.329.745

11

Intangível

	Taxa anuais médias de amortização %	30/09/2010		30/06/2010	
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20,00	778	(413)	365	405
		778	(413)	365	405
Administração					
Software	20,00	244	(44)	200	161
		244	(44)	200	161
Total do intangível em serviço	20,00	1.022	(457)	565	566
Intangível em curso					
Geração					
Administração		12.450	-	12.450	12.468
		12.450	-	12.450	12.480
Total do intangível em curso		12.450	-	12.450	12.480
Total intangível		13.472	(457)	13.015	13.046

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 30/06/2010	Transferên- cia intangível em serviço	Amortização	Valor líquido 30/09/2010
Intangível em serviço	566	50	(51)	565
Intangível em curso	12.480	(30)		12.450
	13.046	20	(51)	13.015

Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

O montante de R\$ 12.450, relativo ao Intangível em curso, refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

12 Fornecedores

	30/09/2010	30/06/2010
Encargos de uso da rede elétrica	144	142
Materiais e serviços	1.003	759
Total	1.147	901

13 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- a) não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- b) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- c) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- d) liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- e) não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;
- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R\$5.000;
- g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;
- i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada pro rata temporis. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e
- j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

Vencimento das parcelas do não circulante

Ano	Valor
2011	31.938
Total	31.938

A mutação das debêntures no trimestre é a seguinte:

	Valor líquido em 30/06/2010	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/09/2010
Circulante						
Debêntures	40.258	1.894	(91)	91	1.559	43.711
	40.258	1.894	(91)	91	1.559	43.711
Não circulante						
Debêntures	31.847		91			31.938
	31.847	-	91	-	-	31.938

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição dos empréstimos

	Custo da dívida	30/09/2010			30/06/2010		
		Encargos		Principal	Encargos		Principal
		Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
Banco da Amazônia	11,5% a.a	16	2.544	232	4.452		
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	438	50.224	60.073	49.022	73.078	
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.		18		52		
Total		454	52.786	60.073	716	53.526	

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (covenants) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 30 de setembro de 2010.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.

Este contrato não possui cláusula contratual restritiva (covenants)

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos)

Circulante	
2010	14.486
2011	38.754
	<u>53.240</u>
Não circulante	
2011	13.318
2012	46.755
	<u>60.073</u>
Total	<u>113.313</u>

Mutação dos empréstimos e financiamentos do trimestre é a seguinte:

	Valor líquido em 30/06/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 30/09/2010
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos	54.242	(13.725)	(2.890)	2.608	13.005	53.240
	<u>54.242</u>	<u>(13.725)</u>	<u>(2.890)</u>	<u>2.608</u>	<u>13.005</u>	<u>53.240</u>
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos	73.078	-	-	-	(13.005)	60.073
	<u>73.078</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.005)</u>	<u>60.073</u>

15 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	22	25		
Pesquisa e desenvolvimento	81	94	32	10
Uso de Bem Público - UBP - Direito de outorga	316	316		
Taxa de fiscalização - ANEEL	1	1		
Total	<u>420</u>	<u>436</u>	<u>32</u>	<u>10</u>

15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 20).

15.2 Uso de bem público - UBP - Direito de Outorga

Refere-se ao ônus da concessão correspondente ao Direito de outorga para uso do bem público assumido no processo de licitação, cujo valor é registrado a débito do resultado na rubrica de Outras despesas operacionais com base no valor pago mensalmente ao Poder Concedente, no prazo de 29 anos, a partir de 2004, corrigidos monetariamente pela variação do IGP-M. Os valores futuros a serem reconhecidos contabilmente em função de seus respectivos vencimentos, encontram-se demonstrados a seguir:

	Valor nominal atualizado até		Valor presente	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
UHE Lajeado	65.489	66.438	36.539	36.856

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 10%a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2010, estão assim distribuídos:

	Valor nominal	Valor presente
2010	948	933
2011	3.094	2.919
2012	2.926	2.760
2013	2.926	2.611
Após 2013	55.595	27.316
	<u>65.489</u>	<u>36.539</u>

No terceiro trimestre de 2010, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$948 (R\$963 no terceiro trimestre de 2009), sendo R\$338 (R\$338 no terceiro trimestre de 2009) de principal e R\$610 (R\$625 no terceiro trimestre de 2009) de atualização monetária, registrados no resultado do período.

16 Obrigações estimadas com pessoal

	30/09/2010	30/06/2010
Folha de pagamento	1.056	825
INSS e FGTS	309	253
Total	<u>1.365</u>	<u>1.078</u>

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

17 Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

17.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo				Ativo		
		Saldo em 30/06/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Saldo em 30/09/2010	Depósito Judicial	
						30/09/2010	30/06/2010	
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	520	16		(5)	531	402	359
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	1.144	139	(103)		1.180		
Total		<u>1.664</u>	<u>155</u>	<u>(103)</u>	<u>(5)</u>	<u>1.711</u>	<u>402</u>	<u>359</u>
Não circulante		1.664				1.711	402	359
Total		<u>1.664</u>				<u>1.711</u>	<u>402</u>	<u>359</u>

17.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

17.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de setembro de 2010 é de R\$12.308 (R\$12.435 em 30 de junho de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 10).

17.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito Judicial			
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
Trabalhistas	272	416	83	65
Cíveis	65.336	65.444	31	36
Total	65.608	65.860	114	101

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 17.1.2.

17.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações não há saldos de depósitos judiciais em 30 de setembro de 2010. (Nota 8)

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de setembro de 2010 e em 30 de junho de 2010 está demonstrada a seguir:

Acionistas	30/09/2010											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	798	4,90	1.031	20,00			133.381	16,96%
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	279	1,71	361	7,00			46.683	5,94%
EDP - Energias do Brasil S.A. Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.931	42,55	3.764	73,00	35.947	33,53%	35.947	4,57%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82%
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21%
Outros					206	1,26			71.252	66,47%	71.458	9,09%
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Acionistas	30/06/2010											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	798	4,90	1.031	20,00			133.381	16,96%
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	279	1,71	361	7,00			46.683	5,94%
EDP - Energias do Brasil S.A. Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.931	42,55	3.764	73,00	35.947	33,53%	35.947	4,57%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82%
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21%
Outros					206	1,26			71.252	66,47%	71.458	9,09%
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

18.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- a) 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$37.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

Em 7 de abril de 2010, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2009, que serão pagos no decorrer do exercício de 2010, sem ajuste aos titulares detentores das ações da Companhia na data de 31 de dezembro de 2009

	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido apurado no exercício	95.096
Constituição da reserva legal - 5%	(4.755)
	<u>90.341</u>
Destinação do lucro	
Dividendos	37.000
Dividendos intermediários - JSCP	<u>37.000</u>
Constituição da reserva de Investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	53.341
Quantidade de ações	<u>786.406.270</u>
Dividendos por ação - JSCP ordinária	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "A"	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "B"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "C"	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "R"	0,012230

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

18.3 Reservas

18.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se a ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

18.3.2 Reservas de lucros

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>
Reserva legal	11.450	11.450
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Total	<u>106.019</u>	<u>106.019</u>

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

18.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 05 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

19 Dividendos

	Passivo	
	30/09/2010	30/06/2010
Lajeado Energia S.A.	18.430	18.430
EDP - Energias do Brasil S.A.	1.958	1.958
CEB Lajeado S.A.	4.985	4.985
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.745	1.745
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	350	350
Furnas Centrais Elétricas S.A.	90	90
Acionistas Minoritários	6.469	6.469
Total	34.027	34.027

20 Receita operacional líquida

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			
	MWh (*)		R\$ mil	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamento			152.903	157.500
Suprimento de energia elétrica	32.772	32.405	3.675	3.658
Energia de curto prazo			349	193
Outras receitas operacionais			475	457
			157.402	161.808
(-) Deduções da receita				
Pesquisa e desenvolvimento			(40)	(38)
PIS/COFINS			(14.560)	(14.989)
			(14.600)	(15.027)
Total	32.772	32.405	142.802	146.781

(*) Não revisado pelos auditores independentes

21 Gastos operacionais

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de					
	2010					2009
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
Total	977	-	-	-	1.169	2.146
Total	977	32.350	205	9.679	1.810	45.021

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de					
	2010		2009			
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Total	977	32.350	205	9.679	1.810	45.021

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de					
	2010		2009			
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Total	977	32.350	205	9.679	1.810	45.021

22 Resultado financeiro

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de	
	2010	2009
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.369	1.614
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	57	28
Descontos obtidos		2
Outras receitas financeiras	196	219
	<u>1.622</u>	<u>1.863</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(15.008)	(21.440)
Variações monetárias moeda nacional	(7.237)	(449)
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(131)	(166)
Outras despesas financeiras	(3.702)	(542)
	<u>(26.078)</u>	<u>(22.597)</u>
Total	<u>(24.456)</u>	<u>(20.734)</u>

23 Imposto de renda e contribuição social

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2010	2009	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	73.325	81.161	73.325	81.161
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<u>(18.331)</u>	<u>(20.290)</u>	<u>(6.599)</u>	<u>(7.304)</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(13)	(37)	(5)	(13)
Despesas Indedutíveis		(130)		(48)
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(110)	229	(40)	82
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	31			
Incentivos fiscais				
Adicional IR	18	18		
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(18.405)</u>	<u>(20.210)</u>	<u>(6.644)</u>	<u>(7.283)</u>
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%

24 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2010
Usinas	255.000
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.500
Acidentes pessoais	3.570

25 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009, de 19 de novembro de 2009, e a Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

25.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

25.2 Instrumentos financeiros derivativos

Tem por objetivo a proteção contra variações cambiais e taxas de juros nas operações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o trimestre.

25.3 Instrumentos financeiros não-derivativos

25.3.1 Valor de mercado

Principais instrumentos:

Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, Cauções e depósitos vinculados, Outros ativos circulantes e Contas a pagar - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas. Para fins de divulgação e comparação, o valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F Bovespa e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F Bovespa.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao Banco da Amazônia - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação e comparação, o valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F Bovespa e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F Bovespa.

Debêntures em moeda nacional - estão contabilizadas pelo custo amortizado e são classificadas como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, que será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada pro rata temporis.

Arrendamento mercantil - operação vinculada pela Companhia para a aquisição de um microônibus de uso exclusivo dos funcionários da Usina. Essa operação foi classificada como um passivo financeiro não mensurado a valor de mercado e está contabilizada pelo custo amortizado. Para fins de divulgação e comparação, o valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&F Bovespa e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&F Bovespa.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - BNDES	109.265	120.444	110.735	122.584
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - Banco da Amazônia	1.532	3.909	2.560	4.684
Debêntures em moeda nacional - valor bruto	79.926	76.082	75.649	72.105
Arrendamento mercantil - Leasing	34	51	18	52

25.4 Riscos operacionais

25.4.1 Risco de crédito

Como garantia do recebimento das parcelas registradas na rubrica Rendas a receber - arrendamento, as arrendatárias concederam à Companhia os seguintes direitos em garantia do integral cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes do contrato de arrendamento (Nota 5):

- a) Direitos emergentes da concessão;
- b) Os direitos decorrentes dos contratos de compra e venda de energia, bem como as receitas decorrentes da comercialização dessa energia.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

25.4.2 Risco de taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 14, é composta de financiamentos junto ao BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

25.4.3 Risco de vencimento antecipado

A Companhia conforme descrito na nota 13 possui debêntures emitidas com cláusulas restritivas, que em geral requerem, em caso de repactuação, a divulgação e concordância dos debenturistas com as condições acordadas. Caso os debenturistas não concordem com as eventuais repactuações propostas, ou caso ocorram quebra destas cláusulas restritivas, poderá haver vencimento antecipado da dívida.

25.4.4 Riscos de eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, inclusive os negócios e os resultados da Companhia

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais; e (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras.

A Companhia não pode assegurar as políticas que serão adotadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais definições poderão afetar os resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

25.4.5 Risco de ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode sujeitá-la ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental e indenizações, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode vir a ter um efeito adverso para a Companhia e para o valor de mercado de seus valores mobiliários.

25.5 Análises de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e cenários IV e V com 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

		30/09/2010			
Instrumentos financeiros		Risco	Provável	Cenário II	Cenário III
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras					
	CDI		1.831	2.262	2.684
Passivo financeiro					
Debêntures					
	IGP-M		(3.592)	(4.482)	(5.371)
BNDES					
	TJLP		(7.255)	(9.010)	(10.742)
Leasing					
	CDI		(1)	(2)	(2)
Passivo financeiro líquido exposto			(9.017)	(11.232)	(13.431)
Referência para Ativos financeiros		Aumento da taxa em	25%	50%	
CDI		11,25%	14,06%	16,88%	
Referência para Passivos financeiros		Aumento da taxa em	25%	50%	
CDI		11,25%	14,06%	16,88%	
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%	
IGP-M		8,54%	11,50%	13,80%	

		30/09/2010			
Instrumentos financeiros		Risco	Provável	Cenário IV	Cenário V
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras					
	CDI		1.831	1.390	938
Passivo financeiro					
Debêntures					
	IGP-M		(3.592)	(2.698)	(431)
BNDES					
	TJLP		(7.255)	(5.477)	(3.676)
Leasing					
	CDI		(1)	(1)	(1)
Passivo financeiro líquido exposto			(9.017)	(6.786)	(3.170)
Referência para Ativos financeiros		Diminuição da taxa em	25%	50%	
CDI		11,25%	8,44%	5,63%	
Referência para Passivos financeiros		Diminuição da taxa em	25%	50%	
CDI		11,25%	8,44%	5,63%	
TJLP		6,00%	4,50%	3,00%	
IGP-M		8,54%	6,90%	4,60%	

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contido no processo utilizado na preparação dessas análises.

26 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 30 de setembro de 2010 foram de R\$5.789 sendo R\$ 5.437, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$ 352 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2010(*)

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	unidade	SalDOS		
		set/10	jun/10	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.432.434	1.415.952	1,2%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.130.562	1.113.705	1,5%
Dívida líquida (1)	R\$ mil	134.116	161.387	-16,9%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,12	0,14	-18,1%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,73	0,88	-16,9%

Resultados		Janeiro a Setembro		
		2010	2009	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	142.802	146.781	-2,7%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(16.361)	(16.314)	0,3%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(2.146)	(2.171)	-1,2%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	97.781	101.895	-4,0%
EBITDA (2)	R\$ mil	124.295	128.296	-3,1%
Resultado financeiro	R\$ mil	(24.456)	(20.734)	18,0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	73.325	81.161	-9,7%
Lucro líquido	R\$ mil	48.276	53.668	-10,0%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líq	%	87,04%	87,41%	-0,4%
Margem líquida (lucro líquido/ receita lí	%	33,81%	36,56%	-7,5%

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

() As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.*

DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no terceiro trimestre de 2010 gerou 3.261 GWh, valor aproximado do registrado no mesmo período do ano passado, de 3.366 GWh.

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	Janeiro a Setembro		
	set/10	set/09	var. %
Receita operacional bruta	157.402	161.808	-2,7%
(-) Deduções à receita operacional	(14.600)	(15.027)	-2,8%
(=) Receita operacional líquida	142.802	146.781	-2,7%
Gastos não gerenciáveis	(2.146)	(2.171)	-1,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(79)	(54)	46,3%
Encargos de uso da rede elétrica	(898)	(940)	-4,5%
Outros gastos não gerenciáveis	(1.169)	(1.177)	-0,7%
Margem bruta	140.656	144.610	-2,7%
Gastos gerenciáveis	(16.361)	(16.314)	0,3%
Pessoal	(6.851)	(6.247)	9,7%
Materiais e serviços de terceiros	(7.187)	(7.704)	-6,7%
Arrendamentos e aluguéis	(270)	(518)	-47,9%
Provisões e contingências	(640)	(188)	240,4%
Outros gastos gerenciáveis	(1.413)	(1.657)	-14,7%
EBITDA	124.295	128.296	-3,1%
Depreciação e amortização	(26.514)	(26.401)	0,4%
Resultado financeiro	(24.456)	(20.734)	18,0%
Imposto de renda e contribuição social	(25.049)	(27.493)	-8,9%
Lucro líquido	48.276	53.668	-10,0%

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 142,8 milhões no período findo em 30 de setembro de 2010 apresentando um decréscimo de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O decréscimo verificado de R\$ 3,9 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste) existente no cálculo do valor de arrendamento, conforme contrato de arrendamento.

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão, distribuição e encargos setoriais) totalizaram R\$ 2,1 milhões no período findo em 30 de setembro de 2010, inferiores em 1,2% aos R\$ 2,2 milhões verificados no mesmo período do ano anterior, em virtude, principalmente da atualização dos encargos de uso da rede elétrica e a redução do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão).

Os **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, aumentaram no período findo em 30 de setembro de 2010 em R\$ 48,0 mil, correspondente a um acréscimo de 0,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao acréscimo na rubrica de pessoal, em virtude do pagamento de bônus e prêmios, para alinhamento de políticas salariais do grupo; contingências trabalhistas e cíveis; e, menor dispêndio na rubrica de serviço de terceiros relacionadas a licenças ambientais.

O **EBITDA** do período findo em 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 124,2 milhões, 3,1% inferior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida e gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período findo em 30 de setembro de 2010, de R\$ 24,4 milhões negativos, apresentou uma variação de R\$ 3,7 milhões em relação ao ano anterior, em virtude principalmente pela variação monetária dos empréstimos além da atualização financeira do mútuo existente entre a Investco e a Lajeado Energia e EDP Brasil.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2010 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 48,2 milhões, inferior em 10,1% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	set/10	jun/10	var.%
Dívida bruta	188.962	199.425	-5,25%
(-) Disponibilidades	(54.846)	(38.038)	44,19%
(=) Dívida líquida	134.116	161.387	-16,90%

Em 30 de setembro de 2010, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 134,1 milhões, representando uma redução de 16,9% em relação ao apresentado em junho de 2010, em função das amortizações, principalmente do BNDES, além da geração de caixa natural de suas operações.

A dívida em 30 de setembro de 2010 era composta por R\$ 75 milhões de debêntures e R\$113 milhões em demais financiamentos (divididos entre BNDES, Banco da Amazônia dentre outros).

Em 30 de setembro de 2010, a dívida líquida representou 0,73 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (0,88 vezes em Junho de 2010).

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS

Os investimentos no período findo em 30 de setembro de 2010 foram de R\$ 7,1 milhões, sendo que a maioria refere-se a investimento em meio ambiente, enquanto em 2009, os investimentos estavam mais direcionados a aquisição de máquinas, como transformadores e inversores, dentre outros.

Investimentos	set/10	set/09	variação
Terrenos	219	(108)	-302,8%
Meio Ambiente	5.437	1.616	236,5%
Máquinas e equipamentos	1.057	2.024	-47,8%
Software	46	45	2,2%
Outros	385	1.722	-77,6%
	7.144	5.300	34,8%

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	SRE/DEB/2002/005
4 - DATA DO REGISTRO CVM	21/02/2002
5 - SÉRIE EMITIDA	UN
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2001
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	10,5%
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	3.058,52
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	76.463
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	25.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	25.000
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/11/2010

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Relatório de revisão dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Investco S.A., referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

01858-9 INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante o ano de 2009, foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais (ITR) utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou os normativos com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010. Conforme requerido pela citada Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2.1 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 27 de outubro de 2010

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-TO

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC SP-141128/O-2 S-TO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	30
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	36
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	37/38